

A FILOSOFIA DA HISTÓRIA EM KANT: A história universal com um propósito cosmopolita

Víctor Paulo Oliveira Batista¹

Resumo:

Este artigo tem como propósito fazer uma análise acerca da Filosofia da História do filósofo alemão Immanuel Kant. Será abordada no presente trabalho sua obra “Idéia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita”, interpretando, assim, nove proposições de como ele via a História, no período compreendido como Modernidade. Para efeito de melhor entendimento, serão solicitadas, durante o texto, reflexões de alguns historiadores acerca do assunto, a fim de perceber como tal visão é englobada na historiografia. Este trabalho fará uma abordagem a cerca de como era a história por volta do século XVII e XVIII, onde toda a Europa se englobaria em uma história universal, como um modelo a ser seguido, com a meta de chegar a uma sociedade livre, emancipada, tais elementos característicos do pensamento Iluminista. Nesta perspectiva, será exposto, portanto, como esse modo de se fazer história da época é encaixado na conjuntura de alguns acontecimentos históricos do período da Modernidade, como os governos absolutistas ilustrados e a Revolução Francesa.

Palavras-Chave: Filosofia da História; Modernidade; Historiografia.

Abstract:

This article aims to analyze on the Philosophy of History of the German philosopher Immanuel Kant. Will be addressed in this work his "Idea for a Universal History with a Cosmopolitan Purpose", thus interpreting nine propositions of how he saw history in the period as Modernity. For a better understanding, you are prompted during the text, some reflections of historians on the subject in order to understand how such a vision is encompassed in historiography. This work will approach about the story as it was by the eighteenth century, which would encompass the whole of Europe is in a universal history , as a model to be followed , with the goal of achieving a free society, emancipated, such elements characteristic of Enlightenment thought . In this perspective, will therefore be exposed to this way of doing history of the time is embedded in the context of some historical events of the period of modernity, as illustrated absolutist governments and the French Revolution.

Keywords: Philosophy of History; Modernity; Historiography.

Considerações Iniciais:

A história, no decorrer de sua caminhada, passou por vários processos e intensos debates acerca do seu modo de compreender a história dos homens. Essa preocupação começa desde os gregos, como Heródoto, chamado “o pai da história”, até os dias contemporâneos

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Roraima.

onde se tem uma gama de possibilidades de se fazer história, sendo as mais praticadas: as correntes culturalista e marxistas.

O presente artigo vai analisar as reflexões de Immanuel Kant sobre a história da humanidade, no caso, uma História Universal, com base na obra “Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita”². Vale ressaltar que as abordagens não estão restritas somente ao campo da História, mas a outras áreas do conhecimento, como Ciências Sociais, Direito, Ciência Política, Filosofia, Relações Internacionais, entre outras. Para melhor compreensão, quando for necessário, serão incorporadas às reflexões kantianas visões de historiadores e filósofos que se debruçaram sobre o assunto em tela.

O filósofo alemão Immanuel Kant nasceu em 1724 na cidade de Königsberg, na Prússia, que correspondia a uma das antigas províncias da atual Alemanha, visto que, na época, Alemanha e Itália ainda não tinham passado por uma unificação. Tal processo só ocorreu apenas no século XIX.

Kant estudou no Colégio Fridericianum, a partir de 1740, na Universidade de Königsberg. Durante esse período, realizou estudos que lhe permitiram a publicação de algumas obras que lhe garantiram o diploma de conclusão do curso de Filosofia e o direito de exercer a docência. Sendo assim, tornou-se professor na universidade citada acima e membro da Academia Real das Ciências de Berlim. Dentre suas obras estão: “Crítica da Razão Pura” (1781), “Prolegômenos a toda metafísica futura que possa apresentar-se como ciência” (1783), “Fundamentação da metafísica dos costumes” (1785), “Crítica da razão prática” (1788), “Crítica do juízo” (1790), “Resposta à pergunta o que é o esclarecimento” (1783), “Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” (1784) e “Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita” (1784)³

Kant viveu numa época em que o pensamento moderno tinha como elementos fundamentais o homem, a liberdade e o individualismo, visão de mundo que desenvolveu vinculada à burguesia do período. A razão era enfatizada como a forma de alcançar o desenvolvimento necessário.

É importante frisar que Kant resgatou algumas proposições de David Hume, sobretudo em sua obra *Crítica da Razão Pura*, ao fazer uma crítica contra os racionalistas, a cujo grupo pertencia. A crítica era contra o modo de usar a razão, que concebia um conhecimento

² KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Tradução: Artur Mourão. Portugal: Lusosofiapress, s/d.

³ KANT, Immanuel. As possibilidades da razão: in: *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.P. 341 – 342.

“absoluto” a diversas concepções, chamando isto de “dogmatismo”. Assim, a influência de Hume no pensamento kantiano é que o homem precisa usar a razão criticamente, estabelecendo seus limites de veracidade. Kant se posicionava contrariamente ao filósofo inglês, visto que Hume estabelecia que o conhecimento era adquirido apenas pela experiência, pelo empirismo, deixando de lado o conhecimento racional. Na visão de Kant, o racionalismo é fundamental à espécie humana, a fim de entender a liberdade humana⁴. Por fim, Kant analisa se, de fato, a experiência é benéfica ao conhecimento.

A obra “Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita” é um exemplar publicado na Gazeta acadêmica de Gotha (Gothaischen Gel. Zeit.), em 1784, resultado de uma conversa. Ela é considerada pelo universo acadêmico um dos principais escritos de Kant, principalmente devido seu intento de desvendar um determinado “enigma da história”. Dessa forma, ele passou, portanto, a juntar-se ao grupo seletivo deste propósito, tendo como membros: Voltaire, Herder, Hegel, Karl Marx, entre outros importantes pensadores.

O texto mencionado acima começa abordando o papel central da natureza, pois todas as disposições naturais estão sujeitas a alcançar um fim – finalismo - independente de seu grau de desenvolvimento. Por sua vez, na visão de Kant, essa proposição foi comprovada analiticamente tendo como objeto todos os animais existentes na terra. Com efeito, quando as qualidades dos seres humanos não são colocadas em prática, isso, de fato, prejudica um caráter teleológico⁵ da filosofia, ou seja, a natureza não será regular, eliminando uma finalidade e colocando uma espontaneidade.

A segunda proposição aborda o papel da natureza que concerne ao uso da razão. Sendo assim, Kant justifica essa proposição afirmando que o homem, por ser o único ser racional que habita a terra, a razão, então, deve acompanhar a sua espécie e não, por conseguinte, o indivíduo. Kant expõe algumas medidas para se chegar ao ápice do desenvolvimento racional. Vale ressaltar, por conseguinte, que esse conhecimento não é adquirido com base na intuição, contudo, é necessário haver uma série de tentativas e aprimoramentos para se chegar a tal progresso. Nesse sentido, Kant faz uma observação, ao ponto de especificar que o referente desenvolvimento é feito a partir de tal aspecto: a natureza concebeu um tempo curto de vida para o ser humano, logo o desenvolvimento da razão é feito gradualmente, de modo que, deve ser feito por várias tentativas e, por fim, através de várias gerações.

⁴ Idem, p. 341.

⁵ Este termo foi criado por Wolf para indicar “a parte da filosofia natural que explica os fins das coisas”. O mesmo que finalismo. *Dicionário de Filosofia* p. 943.

Há uma preocupação, na terceira proposição, de se fazer um aparato sobre a importância da natureza no que concerne à razão como mérito do ser humano, visto que, nesse ponto, a natureza teve a intenção de que o homem tirasse dentro de si todos os seus conhecimentos, sem influências de instintos ou experiências externas. Logo, percebe-se a distinção do homem em relação aos outros animais existentes na terra: o homem é um ser racional, e os animais, como as abelhas, castores, formigas (...) são intuitivos.

Mediante toda essa importância, é importante frisar, assim, alguns aspectos que caracterizam essa relação natureza – homem – razão. Todas as peculiaridades do dia a dia, as invenções, como o vestuário, a vaidade, a segurança, entre outros elementos, são provas, na visão de Kant, que a natureza não atuou aleatoriamente ou espontaneamente, mas, de fato, com um propósito.

Em contrapartida, Kant entende que a natureza, também, tinha um propósito de interpolar dificuldades na vida do homem. Nesse ponto, para o filósofo alemão, fica compreendido que a natureza tinha uma meta de proporcionar um bem-estar racional e não individual. Logo, isso fica exposto quando se tem o exemplo das famílias que, gradualmente, usam um trabalho duradouro que só será, em grande parte, aproveitado pelas futuras gerações, sendo tal processo, às vezes, sem intenção.

Na quarta proposição há uma preocupação em saber qual é o “motor da história”. Antes de entrar a fundo nesse ponto, é importante fazer uma ressalva com base na obra “História tem um sentido?”, do historiador Remo Bodei⁶. Ele vai explicar que o modelo kantiano vai recuperar *a posteriori* aquele sentido que os homens deixaram precedente sem dar-se completamente conta, a exemplo das sociedades antigas e medievais, ou seja, Kant vai expor o motor da história no decorrer da história. Logo, ver-se que, durante a Idade Antiga e Medieval, os filósofos não tinham uma noção do contexto que emergia em suas épocas, portanto, Kant, no período compreendido como Modernidade, vai tentar explicar o sentido e a importância dos conflitos existentes na História.

Esse motor da história, conforme assinala Kant, é a *concordia e a discordia*. No caso, um antagonismo necessário. A natureza, para obter um desenvolvimento de suas disposições precisa de um antagonismo. Este conflito promove a insociável sociabilidade dos homens, através de duas questões: de um lado um fator individual – tendo o homem como personagem principal - e do outro um coletivo – a natureza. Na primeira questão, o homem tem facilidade para entrar em sociabilidade, porque isso faz parte de sua natureza. Em contrapartida, devido

⁶ BODEI, Remo. *História tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.

à sua ganância, desejo de poder e individualismo, tender-se-á, em síntese, a se isolar dos demais membros da sociedade. Com efeito, mediante um egoísmo humano, têm-se como resultado a cultura, os valores sociais do homem, toda uma estrutura de transição da brutalidade à cultura.

Há como ponto interessante, a comparação que Kant faz dos homens com as ovelhas, pois sem a propriedade os talentos humanos ficariam ocultos, “germinados”, próximos da vida de um pasto de ovelhas, com harmonia e amor recíproco. Portanto, fica explícita, também, a importância da concórdia e discórdia proporcionada pela natureza.

Por outro lado, na visão do historiador Bodei⁷, com a busca do ganho e da avareza nasce o comércio e, posteriormente, a benéfica troca entre os homens. A exemplo do comércio tem-se a questão do intercâmbio comercial do Ocidente com o Oriente promovido pelas Cruzadas. É pela vaidade de serem recordados, de deixar o próprio nome, que as pessoas realizam atos de beneficência e fazem erguer hospitais ou asilos. É pela inquietação e pela violência de homens sempre prontos a combater que as civilizações entram em contato⁸

Logo, de outra maneira, se percebe que o modelo kantiano é importante para compreender o “motor da história”, a fim de perceber que a história “anda” e não fica estagnada. Por outro lado, em confronto a Herder, seu discípulo, o modelo kantiano não tem como foco a felicidade, mas, a dignidade de sua existência. Logo, fica clara, também, a questão da importância do contato para o desenvolvimento da cultura e das sociedades, conforme escreve Bodei: “Mesmo de os habitantes de certas ilhas do Pacífico tivessem vivido durante séculos bem-aventuradamente, sem estabelecer nenhuma relação com populações mais civilizadas, a sua existência não teria sido mais feliz do que a das cabras ou dos bois”⁹.

Dessa forma, o contato entre diversos grupos é que promove determinado “progresso”, “avanço”, termo característico do pensamento iluminista, que pode ser relacionado também a outros pensadores como Hegel, Marx e Auguste Comte, no que concerne a um propósito emancipatório, embora suas teorias tenham suas divergências.

Na quinta proposição, graças ao antagonismo “*concórdia/discórdia*” ocasionado pela natureza, fica o problema de uma sociedade civil que administre o direito em geral, pois, na sociedade x ou y se desenvolvem todas as disposições naturais. Nessa perspectiva, ver-se que I. Kant propõe, em síntese, a criação de uma constituição civil fabricada por leis exteriores ou

⁷ idem

⁸ BODEI, Remo. *História tem um sentido?*. Bauru: EDUSC, 2001. p. 46.

⁹ Idem, p. 48.

“*imperativos categóricos*”, onde todo ser humano vai manifestar determinada “lei universal”, cuja tarefa é de fato encarregada à natureza.

Nesse caminho, Kant alerta que somente dentro de uma sociedade civil é possível haver um desenvolvimento das disposições naturais da humanidade, sobretudo devido à famosa “insociabilidade” a fim de desenvolver-se a cultura, por exemplo.

Na sexta proposição, Kant expõe em sua obra o porquê da difícil tarefa de uma administração do direito em prol de todos. Sendo assim, o homem, em vista do convívio com seus *congêneres* (do seu gênero) entra em competição e se torna, às vezes, egoísta por causa da ganância e de conflitos. Logo, é necessária a presença de um senhor que imponha uma vontade universal, através de leis coercivas. No entanto, a situação se agrava mais devido ao abuso de liberdade do senhor escolhido. Assim, Kant reconhece que é praticamente impossível os membros da “constituição civil” terem um “senhor justo”. Contudo, ele afirma que a eficiência do processo tornar-se-á realidade através de tentativas infrutíferas.

Na sétima proposição, Kant analisa a história da humanidade, como foi explicado anteriormente, em um antagonismo necessário. Isso ocorre devido às tragédias, guerras, que são ocasionadas por um propósito da natureza e pela razão pertencente ao homem. Assim, ocorrerá a transição, gradual, de um estado sem leis para uma Liga. Logo, o finalismo que concerne ao Estado é uma sensação de segurança.

Esse processo está intimamente ligado ao período da Idade Moderna, compreendido aproximadamente entre os séculos XIV ao XVIII, ou melhor, da era dos Estados centralizados, do Absolutismo até o período das chamadas Revoluções Burguesas, sobretudo na França e na Inglaterra. Na visão do historiador José Carlos Reis¹⁰, a modernidade precisou resgatar a história universal oriunda do Império Romano, a fim de coibir as constantes guerras civis frente aos governos déspotas. Dessa forma, essa foi uma justificativa para o “retorno” da história universal. Por outro lado, Reis, na mesma obra, aponta como um dos principais expoentes dessa época, no que concerne ao campo intelectual, o filósofo Immanuel Kant, por explicar que a história não era mais explicada pela providência da Idade Média, ou seja, influência divina, mas pela Razão que levaria a constituição civil a uma emancipação, progresso e liberdade. Portanto, esse era o discurso da modernidade a fim de reunir todos os Estados em uma Liga, como foi mencionado na sexta proposição. Kant produziu uma utopia racional, eliminando a influência providencialista e propondo que os imperativos categóricos – as leis – eram criações dos homens, e que a subjetividade deveria se unir em um Estado

¹⁰ REIS, José Carlos. *História & Teoria*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. P. 28 – 29.

Cosmopolita para chegar a uma sociedade moralizada, sendo, de fato, o último estágio desse processo linear da história. Isso fica exposto na observação de Marilena Chauí a respeito da obra “A Crítica da Razão Pura” de Kant, quanto a esse processo de leis que visa a moral: “O imperativo Categórico formula-se nos seguintes termos: “Age de tal maneira que o motivo que te levou a agir possa ser convertido em lei universal”¹¹.

Na obra cujo nome está no título deste trabalho Kant afirma que as guerras não eram uma intenção do homem, mas um propósito da natureza a fim de proporcionar o contato dos Estados. Por conseguinte, os conflitos nunca devem ser exterminados da história, pois assim impedirá o esfacelamento e adormecimento das forças.

Como o propósito da natureza é o contato dos Estados, para todos os Estados “Selvagens” saírem da barbárie e entrarem em um grau civilizatório¹², têm-se como crítico desse processo civilizador Jean Jacques Rousseau ao preferir o Estado “Selvagem”, pois, como consta em “Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita”, todas as atrocidades ocorridas até agora foram ocasionadas pelo projeto expansionista. É importante ressaltar também, que outra proposição – a de Maquiavel¹³ - contraria a moral de Kant, visto que o Estado, na visão de Maquiavel, se não conseguir chegar a fazer um processo pacífico deve usar a força. Entretanto, o Estado, na visão de Kant, deve ser um bem comum a todos. É importante ressaltar que ambos os pensadores citados não são contemporâneos, todavia é possível fazer uma espécie de confronto com essa idéia de progresso.

Kant expõe que o objetivo da relação dos Estados é chegar a uma sociedade moralizada, sendo assim, a moral esta na civilização. Logo, remete-se, mais uma vez, ao discurso da modernidade, tendo uma comparação, de fato, com o pensamento político de Roma com a figura de Políbio (século III d. C.), onde haverá a reunião de todas as sociedades civilizadas a fim de buscar uma salvação, uma prosperidade, pois, a exemplo disso, na Antiguidade, tem-se a incorporação dos territórios conquistados pelo Império Romano. Contudo, Kant diz que essa expansão é uma contradição, visto que leva em conta apenas a

¹¹ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Valério Rohden e Udo Balduur Moosburg. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. P. 15.

¹² Esse termo civilizatório foi criado pela escola escocesa (empirista) também chamada de inglesa. Ela era composta por Adam Ferguson e John Millar. Um exemplo dessa concepção é no século XVIII na Escócia, onde têm-se as *Highlands* (Terras Altas), onde no litoral ficavam os grandes comerciantes – os civilizados – e mais ao interior, próximo às grandes montanhas ficava os clãs e os guerreiros – chamados de selvagens. BODEI, Remo. *História tem um sentido?*. Bauru: EDUSC, 2001. P. 30.

¹³ ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 164 – 166.

exterioridade e, com menos ênfase, se preocupa com a formação interior do modo interior de pensar.

A oitava proposição refere-se, sendo oriunda da anterior, a uma abordagem acerca do plano da natureza, a fim de impulsionar as disposições da humanidade.

Novamente Kant expõe uma questão que é um pró e contra de sua Filosofia da História: se a experiência, sendo, propositadamente, a remetente a David Hume, é possível descobrir ou analisar o curso da História. Partindo desse ponto, quando se fala no “curso da história” lembra-se, de praxe, da concórdia e discórdia, que, ocasionam, com efeito, uma relação entre os Estados. Assim, depois de tal aproximação, a relação se torna artificial, ao ponto que o poder interno, tendo como exemplo a cultura de cada nação tem influência externa.

Mediante a expansão dos Estados, de caráter egoísta, como aponta Kant, surge, com efeito, a *Ilustração*, que para ele é um bem que deve influenciar o governo; assim imposto tal governo, esse seria o modelo a ser seguido.

A política que o governo ilustrado fazia era a intensificação das guerras, tendo em vista tal “contato”, embora essa questão seja meio controversa, e possa ser uma falácia, devido ao fato de os governantes da época não terem uma espécie de noção teórica da época.

O período que Kant aborda, chamado de Modernidade, era a real característica da época: uma intensa continuidade e concatenação, isto é, tudo estava ligado, uma das principais características das Filosofias da História. Dessa forma, a nações em perigo, devido aos conflitos existentes, se atraíam impulsionadas por uma política grosseira a fim de mostrar um sentimento de todos para a manutenção do todo. Todavia isso levava à formação de um futuro corpo político, ou seja, o maior interesse de todo este processo era político, centralizador, e não em prol de todos.

Assim, fica evidente que, quanto mais revoluções, como por exemplo, a Revolução Francesa, ter-se-ia em ação o propósito supremo da natureza: uma cidadania mundial, que desenvolveria as disposições originárias do gênero humano. Nesta perspectiva, esta revolução foi um marco importante para a concretização do pensamento kantiano, pois colocou em prática um projeto iluminista a fim de derrubar um governo centralizador, de caráter absolutista, que além da França, tal governo predominava na Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Itália e Suécia.

O pensamento de Kant, que trata da história universal, onde toda a sociedade (A Liga) chegará a um progresso, um estado cosmopolita, é muito contraditória porque, quando se tem em vista um combate contra o Estado Absolutista, deve-se haver um senso crítico, pois isto é

um interesse político, sobretudo da burguesia. A Revolução Francesa é um marco exemplar de uma “história universal” porque, o objetivo da burguesia era eliminar o poder centralizador, cuja luta intensificada promoveu uma mudança estrutural na Europa, como a minimização do poder da Monarquia e da Nobreza, e uma ascensão da Burguesia. Logo, percebe-se que o fim desta proposta foi um marco drástico para a história: a repressão, a censura para com as pessoas contrárias ao governo burguês.

A última proposição da obra de Kant, novamente fala acerca da questão da compreensão da história mundial segundo um plano da natureza. Essa interpretação, segundo o filósofo, é com base em fins racionais.

Quando se fala em um “modelo universal”, lembra-se, de imediato da corrente Iluminista. Com base neste aspecto, por conseguinte, Kant utiliza a Grécia para explicar o modelo da Antiguidade, pois somente povos ilustrados podiam autenticar a história antiga. Assim, há como passagem interessante o exemplo do povo judaico – os Ptolomeus – que só passaram a ser enfatizados na história porque tiveram a Bíblia traduzida para o grego. Outro ponto, além do modelo universal, é a questão do contato dos povos, como, por exemplo, os Gregos, Romanos e Bárbaros. Assim, esta é a exposição da interação dos povos que Kant analisa desde a Antiguidade, que promove o “avanço da História”.

Considerações Finais

Diante do exposto, percebe-se que a Filosofia da História de Immanuel Kant foi importante para a historiografia, embora, praticamente não seja utilizada como modelo referencial pelo campo intelectual. Conclui-se, entretanto, que o pensamento kantiano é fundamental para as várias áreas do conhecimento, porque percebe-se um hibridismo, uma junção de política e moral.

O modelo kantiano, aquele com um propósito de desvendar o enigma da história da época do século XVIII está expresso de forma sucinta em sua obra “Idéia de uma História Universal com um propósito cosmopolita”. A possibilidade de se compreender a história da humanidade é através da história universal, onde há uma espécie de unificação de várias nações com uma meta: o progresso, a liberdade, a emancipação, elementos característicos do Iluminismo.

A proposta era uma espécie de renovação, uma tentativa de exterminar contaminações providencialistas oriundas da Idade Média. Isso fica claro quando há um desprezo pelo passado das “trevas”, uma época obscura, sem contribuições políticas e culturais para a Europa. A preocupação estende-se, então, para o futuro, um lugar promissor, que formará um

Estado Cosmopolita, onde todas as pessoas sairão da barbárie e tornar-se-ão “civilizadas”, libertas, até chegar ao estado de moralidade. Sendo assim, essa é a conjuntura que faz parte do pensamento kantiano de uma História Universal.

Todavia, a principal crítica que se tem contra esse modelo de ver a história é um certo jogo político, que, em síntese, embora houvesse uma mudança qualitativa, não foi em prol de todos, como é exposto nas proposições a cerca da História Universal, mas, de fato, beneficiou apenas uma classe: a burguesia.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AMÁLIA, Maria; ANDERY, Abib. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BODEI, Remo. *História tem um sentido?* Bauru: EDUSC, 2001.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburg. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

KANT, Immanuel. *Idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Tradução: Artur Mourão. Portugal: Lusosofiapress, s/d.

REIS, José Carlos. *História & Teoria*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.